
RESENHAS

TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E A COMPLEXIDADE DO PASSADO ESCRAVISTA

PARÉS, Luis Nicolau. *Joaquim de Almeida: a história do africano traficador que se tornou traficante de africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023. 430 p.

Quando eu era um jovem historiador e fazia pesquisas para minha dissertação de mestrado no início da década de 1990, consultei documentos da Seção Colonial e Provincial do Arquivo do Estado da Bahia. Ali localizei e fichei um processo que me pareceu revelador das estratégias dos africanos para se desvencilharem de seus senhores, fazendo-se passar por africanos livres mesmo que houvesse dúvidas a respeito da data em que haviam desembarcado no Brasil. O processo em questão opunha o africano escravizado Cipriano ao seu alegado senhor Joaquim de Almeida. O processo me permitiu escrever algumas páginas da dissertação, afinal publicada em livro alguns anos depois,¹

e isso foi tudo o que fui capaz de fazer com essa fonte. Passados muitos anos, Luis Nicolau Parés enviou-me uma mensagem pedindo a cota desse processo no arquivo, pois aquela que eu mencionara no livro não correspondia mais à localização precisa no acervo. Desafortunadamente, não pude dar informações mais precisas. Mais tempo se passou e Parés, pesquisador atinado e persistente, surge com a obra que é o objeto desta resenha. Para quem não atua na área, é surpreendente como a pesquisa em Ciências Humanas tem seu próprio tempo de maturação, bastante diverso dos demais campos do conhecimento, por vezes requerendo insistência, paciência, diálogo e versões preliminares de textos até que

1 Jaime Rodrigues, *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico*

de africanos para o Brasil, Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

eles se tornem uma obra volumosa, fundamentada e importante como o livro sobre Joaquim de Almeida que agora vem à luz.

Muitos estudiosos da escravidão e do pós-abolição têm enfatizado um caminho por onde é necessário avançar na escrita da história do período: as trajetórias de sujeitos que viveram a experiência da escravização, se não ao longo de toda sua existência, ao menos daquela parte sobre as quais restaram evidências. O livro de Parés é modelar nesse sentido, ainda que o autor tenha a perspicácia de notar que haverá leitores surpresos com a narrativa da trajetória de Joaquim de Almeida, por se tratar de um homem negro e escravizado que, após conquistar sua alforria, tornou-se ele próprio senhor de escravos e se envolveu no comércio transatlântico de pessoas. Parés reconhece que “uma temática dessa ordem resulta não apenas polêmica e inconveniente, mas corre o risco de ser mal interpretada e manipulada ideologicamente”. Tal avaliação, porém, não o desvia do caminho, amparado que está pela historiografia que, desde os anos 1980, tem reconhecido o estatuto de sujeitos como algo inerente aos escravizados

e libertos no âmbito de suas próprias histórias. Embora fosse uma exceção à regra, Joaquim de Almeida viveu em uma sociedade escravista, permeada por lógicas de lucro e exploração do trabalho alheio que abrangiam as pessoas de seu tempo, fossem elas brancas ou negras, endinheiradas ou remediadas. Tudo isso, é claro, não invalida a ampliação das necessárias políticas de reparação para os descendentes daqueles que experimentaram a escravização no passado em razão da cor de suas peles e ainda experimentam o racismo em suas formas variadas no tempo presente.

O recorte temporal do livro situa-se entre a década de 1830, quando a personagem título se torna forro, e 1857, ano de sua morte. Nesse intervalo, Parés visita os estudos mais relevantes, entre eles os de Pierre Verger,² nos quais modestamente o autor vê a essência do que havia para ser dito sobre Almeida. Em termos metodológicos, Parés enfrenta o desafio dos jogos de escalas: o mundo atlântico, em sua abordagem multifacetada e

2 Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII ao XIX*, Salvador: Corrupio, 1987; Pierre Verger, *Os libertos: sete caminhos na liberdade de escravos*, Salvador: Corrupio, 1992.

macro, aparece *vis-à-vis* com a micro-história, a dimensão humana do indivíduo em seu cotidiano e suas redes de sociabilidade. Colocar essas escalas em diálogo não é tarefa para iniciantes: as escolhas feitas pelo autor merecem reconhecimento, e ele as traduz como indispensáveis ao seu interesse em “mapear as dinâmicas relacionais e associativas que conectavam e moviam Joaquim e seus parceiros”. A busca onomástica por Joaquim de Almeida e aqueles com quem ele construiu interações, também chamada de “ligação nominativa”, apenas aparentemente é simples: no fundo, isso demanda um imenso esforço de pesquisa e a construção de outras redes, também colaborativas, entre estudiosos que se debruçam sobre objetos variados e que, generosamente, trocam informações entre si sempre que conhecem os interesses e estudos em andamento uns dos outros. As notas de rodapé da obra estão repletas dessa boa prática profissional.

No interior do recorte assinalado e indo do macro ao micro e vice-versa, o livro divide-se em oito capítulos e um epílogo com estatuto de capítulo. “A carta de alforria: entre a escravidão e a liberdade”, o primeiro capítulo,

dá uma amostra do percurso e do método que serão contemplados em todo o livro: Joaquim de Almeida é um homem singular, posto que único como são todos os seres humanos, mas suas experiências dizem muito sobre as possibilidades na vida de um escravizado em seu tempo. Provavelmente nascido em meados da década de 1810 no país Mahi, sua trajetória esteve intimamente ligada à de seu senhor na Bahia oitocentista, o capitão negreiro Manuel Joaquim de Almeida. Escapando do recorte temporal anunciado, Parés tem boas hipóteses para apresentar seu protagonista, ainda que pairam dúvidas sobre sua origem e sobre a trajetória que o trouxe ao Brasil, remontando à tradição oral acessada pelo autor em solo africano e à documentação custodiada por arquivos baianos. Joaquim de Almeida alforriou-se em meados de 1830, e sua carta de alforria é o instrumento que lança o leitor no campo de possibilidades de entendimento sobre a vida de um escravizado no ambiente urbano da Salvador do século XIX. Parés discute a bibliografia essencial sobre a alforria como concessão senhorial/conquista do escravizado sem perder de vista a sempre presente

precariedade da liberdade adquirida, realçando a hierarquia e a racialização presentes em sociedades escravistas nas quais, mesmo portando um documento que comprovasse sua condição de libertos, “o corpo negro era marca indelével de um passado vinculado à escravidão”, mantendo a constante suspeição e vigília das autoridades responsáveis pela manutenção da ordem. Mas os indivíduos libertos, para além das instituições repressivas e da fidelidade que deles se esperava, eram humanos: tinham questões de foro íntimo, subjetividades e vivências cotidianas, movendo-se em meio às adversidades e contando com as redes sociais que foram capazes de construir. Dito assim, a vida soa como obviedade, mas os estudiosos da escravidão aprenderam há tempos que nada é óbvio quando se trata de relações tão complexas como aquelas que diziam respeito aos escravizados, libertos e seus senhores ou ex-senhores e a sociedade em que eles se moviam.

Manuel Joaquim de Almeida era um experiente capitão negreiro, e esse dado é decisivo para entendermos a inserção de Joaquim de Almeida no mundo escravista. Lidando com seus concorrentes, com seus contratantes

e com os impedimentos nem sempre efetivos dos tratados anglo-portugueses e anglo-brasileiros de restrição ao tráfico, Manuel fez carreira em um negócio repleto de obstáculos que não impediram a ampliação da entrada de novos africanos escravizados na época da ilegalidade. A hipótese (bastante plausível) de Parés é que Joaquim de Almeida, ainda escravizado, circulasse pelo Atlântico nos navios capitaneados por seu senhor, decerto como tanoeiro e provavelmente atuando também como língua ou intérprete, poliglota que era, nas transações de compra e venda de cativos nas costas africanas ocidentais. Isso de alguma forma lhe foi útil na acumulação do pecúlio que ele pode juntar para a compra de sua alforria. O envolvimento de Joaquim de Almeida no comércio transatlântico de escravizados que abastecia a Bahia e o Brasil foi o que lhe permitiu amealhar os recursos para a compra de sua alforria, uma contradição apenas aparente em meio à complexidade de um sistema que não era só econômico ou político. Economia e política, como ensina Parés, não transcorrem apenas na dimensão macro.

O capítulo 2, “Registros de batismo, irmandade e outras redes”,

aprofunda a dimensão relacional e nos lança nos caminhos e grupos pelos quais a personagem título circulava a partir de sua alforria, em 1830. O método que alterna as escalas na própria confecção da narrativa continua a ser aplicado, como será até o final do livro. Registros feitos pelas paróquias e processos-crimes emergem aqui como documentação privilegiada, envolvendo o leitor nos enfronhamentos de Joaquim de Almeida com o mundo do trabalho, com pessoas de cores e posições sociais variadas, com as irmandades religiosas e com os ritos católicos – que acertadamente o autor aventa serem cumulativamente tanto uma devoção sincera como um “envolvimento estratégico” por parte de africanos ou crioulos, escravizados ou libertos. Destaco isso para deixar os interessados com a vontade de querer saber mais sobre os usos instrumentais do catolicismo popular em uma sociedade na qual era difícil sobreviver se tudo fosse dito e praticado sinceramente, imaginando que tal situação não seja surpreendente para leitores em qualquer tempo histórico. É verdade que o tempo presente nos faz ter perguntas e encaminhamentos novos para problemas bastante

conhecidos, e a questão da adesão a esta ou àquela forma de expressão religiosa e sua exteriorização é típica do que estou afirmando. As artimanhas e redes construídas por Cipriano, escravizado por Joaquim de Almeida, bem como as artimanhas e redes deste último são, por sua vez, sinais da habilidade das pessoas do profundamente escravista século XIX em manejar os códigos sociais e fazer valer seus anseios, ainda que eles fossem tão divergentes como quando se opunha liberdade e controle social. Isso valia para a Bahia e também para as partes da África onde o contato com o catolicismo foi mais intenso na era do comércio transatlântico de cativos.

Em meio à repressão à Revolta dos Malês, 1835 foi um ano decisivo para Joaquim de Almeida, ainda que os motivos nada tivessem a ver com esse movimento e sim com seu envolvimento no tráfico ilegal de escravizados. Em “As motivações para o retorno à África”, o terceiro capítulo, Parés nos introduz na fase do liberto Joaquim de Almeida e ao primeiro de seus vários retornos ao continente onde nascera. Os intensos debates dos anos 1830 acerca do comércio transatlântico de escravizados não apontavam de

forma inequívoca para o fim da escravidão, havendo defensores da ideia e ataques a ela, mas a Revolta dos Malês pode ter servido de pretexto para culpabilizar os libertos envolvidos nesse infame comércio e, quem sabe, livrar-se deles como perigos em potencial. Almeida estava na categoria de gente suspeita juntamente com outros libertos mestiços e pretos, a quem um certo clamor popular atribuía a responsabilidade pela organização de viagens com destino à África, fosse para trazer escravizados, fosse para burlar a lei e reescravizar gente liberta que pretendia retornar à África e era impedida no meio do caminho. Almeida foi um dos tantos que pediu passaporte para dirigir-se a Angola em fins de 1835: o fato é que ele não migrou naquela ocasião e nem sabemos se foi para aquele destino, tendo voltado a solicitar passaporte nos anos seguintes. Absolvido da acusação de crime de contrabando no caso de Cipriano, Almeida compreendia os sinais de que o horizonte estava enevoadado para homens como ele e, naquelas circunstâncias, a deportação era algo tangível. Não era apenas Almeida que pensava assim: dezenas de egressos do cativo retornaram às costas africanas

após os episódios de janeiro de 1835 em Salvador, tendo em vista seus projetos pessoais ou coletivos, fossem eles religiosos, econômicos, afetivos ou então abrangendo pessoas cujo cabedal lhes permitia a opção migratória, considerando que fizeram uma análise acurada da conjuntura daqueles anos de alargamento da discriminação racial e da exclusão política que tinham os libertos como alvos. Entre essas pessoas estavam duas mulheres e um homem jeje do círculo de Almeida que viriam a se estabelecer em Agoué, na Costa da Mina. Unidos por laços diversos, eles emigraram naqueles anos e sua presença na localidade traz substância aos vestígios da tradição oral envolvendo a personagem-título do outro lado do oceano. Nesse ínterim, Joaquim de Almeida, personagem atlântica por definição, continuava a ir e vir da Bahia aos portos africanos, envolvido no comércio de escravizados. Sua decisão de se estabelecer na Costa da Mina pode estar relacionada à leitura acurada de como seria difícil ascender na Bahia e ampliar sua ação e seus laços na África, trocando a “buliçosa vida” de Salvador “pela vida pacata das aldeias do litoral africano”. Não há como saber com absoluta

segurança porque Almeida decidiu-se pela mudança, mas a competente narrativa biográfica construída por Parés amplia a certeza de que interpretar o passado é lidar com um campo de muitas possibilidades.

As diferentes escalas das redes do comércio transatlântico são abordadas nos capítulos “O comércio miúdo dos luso-africanos (1838-42)” e “O comércio graúdo (1838-1844)”, nos quais conhecemos a comunidade dos retornados e o papel de Joaquim de Almeida no interior dela, bem como as dificuldades do ex-senhor Manoel Joaquim de Almeida e as renovadas relações travadas com seu ex-escravo. Em ambos os capítulos, as conexões entre os dois lados do oceano ganham relevo, bem como a volumosa pesquisa em documentos de suporte e tipologias variados em arquivos diferentes na Bahia e na África Ocidental. Ao tomar Joaquim de Almeida como fio condutor, Parés deixa entrever que não é só de uma personagem que se trata. Abre-se um amplo leque de possibilidades sobre o papel de libertos no comércio, fosse por seu engajamento direto ou pelo conhecimento que detinham da situação nos dois lados do Atlântico, podendo

atuar também como “orientadores” das novas levas de gente que migrava em direção à Costa da Mina a partir do final dos anos 1830 e ali iria se estabelecer como uma comunidade com características e interesses próprios. Ao escolher se fixar na pequena localidade de Agoué e dali tocar seus negócios, Joaquim revela sua percepção apurada da conjuntura política na região e sobre como agir para sobreviver no negócio, mas o autor também está atento à relevância das mulheres na operacionalização do comércio atlântico, sobretudo na chamada “economia do dendê”. Já o caso de Manoel Joaquim revela como um homem melhor situado na hierarquia social baiana dispunha de meios para resolver suas dificuldades financeiras e driblar a ilegalidade do tráfico no auge da repressão, contando inclusive com a parceria renovada com Joaquim, nessa altura um comerciante experiente nas lidas do comércio de escravizados na Costa da Mina. A volatilidade política da região submetia o comércio estrangeiro à “rede de trocas maleáveis, em constante adaptação às circunstâncias de cada momento”, o que tornava os informantes e as alianças fundamentais para o andamento das coisas. Em fins

de 1844, Joaquim de Almeida regressa ao Brasil e redige seu testamento, documento fundamental para compreender sua trajetória. Nove anos depois de se estabelecer em Agoué, ele havia enriquecido e se tornado um “homem de negócios atlântico”, nos termos da tradição oral de seu grupo familiar – uma definição que pode ser adotada, com as devidas problematizações, pela historiografia interessada na temática e no período abordados por Parés.

Uma breve menção à chamada “segunda escravidão” chama a atenção do leitor para o fato de que a ordem liberal pós-revoluções do final do século XVIII não limitou os interesses de estadunidenses e britânicos no tráfico, envolvidos que estavam no financiamento do negócio, no abastecimento de mercadorias e no fornecimento de embarcações. Em que pese o empenho de alguns autores em construir um modelo no qual o sul dos Estados Unidos, Cuba e o Sudeste cafeeiro do Brasil ganham relevo na manutenção da escravidão em novas bases, a Bahia e as costas da África Ocidental surgem no livro de Parés como lugares que continuam a participar do jogo, para além da secular

tradição no comércio de escravizados. Há lugares e sujeitos que não desaparecem em razão da lógica de um modelo teórico que luta para se tornar hegemônico na historiografia da escravidão. Ao que tudo indica, a pesquisa empírica precisa ser cada vez mais acalentada pelos historiadores para viabilizar o debate e eventualmente questionar os modelos fortemente calcados em teorias econômicas e escalas mundiais que submergem naquele que é o objeto por excelência da História: a experiência dos seres humanos.

Enquanto Joaquim de Almeida colhia os frutos de seu êxito e voltava à Bahia, a África Ocidental passava por transformações que são analisadas no capítulo 6. Vemos um renovado fluxo de gente atravessando o Atlântico no sentido Bahia-Costa da Mina, desta vez dificultado pelo aumento da repressão britânica ao comércio ilegal de escravizados. Mas isso não impediu que diversos traficantes portugueses e brasileiros fizessem esse caminho e se estabelecessem ali, certamente movidos pelos arriscados lucros da era da ilegalidade. A Costa da Mina, apesar das iniciativas de inibir o tráfico de gente e punir seus executores,

torna-se objeto de renovado interesse de portugueses, ingleses e franceses. Joaquim funciona como uma espécie de guia para a compreensão dessas transformações, na medida em que ele volta, mais uma vez, à região, desta feita para viver em Uidá e não mais em Agoué, onde passara longos anos. Mesmo assim, ele mantinha contatos comerciais em toda a costa, graças às redes previamente estabelecidas. A morte de Chachá, o traficante mais conhecido da região, abriu novas possibilidades a Joaquim de Almeida – como reconhece o viajante inglês Frederick Forbes, apesar do erro na grafia do nome da personagem. Mas a conjuntura da renovada repressão nos anos 1850 faz a fortuna de Joaquim e da comunidade lusófona na Costa da Mina periclitarem. Agora não se tratava unicamente dos cruzeiros britânicos, mas também da segunda proibição brasileira do comércio de escravizados. Joaquim endividou-se em meio às dificuldades e, com base na ética que previa o rigoroso pagamento das dívidas entre os envolvidos no tráfico, pede “paciência” e “bondade” aos credores desde 1853 e demora a saldar dívidas, situação que se prolongaria até 1858, o ano

de sua morte. Em meio às convulsões na Costa da Mina, cujos habitantes e autoridades políticas pilhavam mercadorias e estabelecimentos europeus e exigiam tributos cada vez mais volumosos, os financiadores do negócio não pareciam mais dispostos a se fiar apenas na honra de seus parceiros. Toda a região parecia enfrentar uma crise de adaptação à nova situação econômica na qual a exploração do dendê ganhava força frente ao declínio do tráfico de escravizados, malgrado o sempre citado caso do Benin, que teria conseguido tornar complementares essas duas atividades, sendo Joaquim de Almeida um exemplo de negociante e fazendeiro que consegue sobreviver em ambas as atividades. Parés argumenta que a propriedade privada da terra e a atribuição de valor a esse meio de produção coexistiram na região com a “tradicional política de cessão e usufruto das terras” pelas famílias estendidas. Impossível não notar que, mais ou menos simultaneamente, a implementação de uma nova política fundiária ocorria do outro lado do Atlântico, com a promulgação da Lei de Terras de 1850 no Brasil.

Não foi só em torno do comércio de escravizados e de azeite de palma

que a presença de Joaquim de Almeida e seus descendentes se fez sentir na África Ocidental: os familiares requerem o reconhecimento de que ele teria sido o introdutor do catolicismo na região, apesar da afirmação oficial do Vaticano de que as missões evangelizadoras teriam se iniciado apenas em 1861. É esse o tema principal do sétimo capítulo, “O catolicismo e a grande família africana”, que retoma e amplia a tese consagrada por Manuela Carneiro da Cunha³ em seu estudo sobre os retornados, a qual identifica o catolicismo (superposto a outras crenças religiosas) e a língua portuguesa como traços pelos quais a comunidade dos agudás era reconhecida e reconhecia a si mesma. Boa parte da proeminência do grupo era racializada de forma peculiar: ser visto como branco era um processo que ocorria com negros que vivessem “com as maneiras dos brancos”, por exemplo, adotando sua religião e língua e disso retirando benefícios comerciais. O processo não foi similar em todas as comunidades de

retornados da América à África, mas era perceptível entre os “brasileiros”.

Joaquim de Almeida manejava identidades diversas em situações variadas. Ele não era um “branco” clássico no sentido da adoção da língua e do catolicismo, ou melhor, essa não era sua única identidade, mas ele também se valeu disso para construir sua própria trajetória, que incluía recorrer à proteção do vodum de sua devoção. Joaquim morreu subitamente, em uma situação que possivelmente dizia respeito ao seu envolvimento com o comércio de escravizados, como o leitor verá em “A morte e o espólio”, o epílogo. Seus familiares se envolverão nos conflitos que se seguiram à morte dele, em 1857. Do lado americano do Atlântico, a abertura de seu inventário, elaborado anos antes, deixa ver os bens e a dinâmica de sua fortuna: o inventariante de Joaquim, seu antigo senhor Miguel, já era falecido naquela altura e a escravaria se transformara, em razão das transações e do nascimento de crianças. Do lado africano, a ausência de práticas cartoriais como as que se faziam no Brasil torna o quadro do espólio material mais complexo de entender. Ali, outro espólio tornou-se relevante,

3 Manuela Carneiro da Cunha, *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

na medida em que os descendentes de Joaquim se beneficiaram do legado do “brasileiro”, “prosperando e se espalhando por diversos enclaves da África Ocidental, em alguns casos chegando a ocupar posições de destaque social”.

A produção do conhecimento histórico não pode acontecer com interdições e concessões às conveniências do momento. Digo isso porque, na conclusão de seu livro, como fizera desde a apresentação, Parés insiste na complexidade do negócio transatlântico de compra e venda de gente para ser escravizada: tratava-se de “uma estrutura eminentemente branca, implementada, controlada e explorada pelos interesses de uma elite euro-americana”, na qual um africano ladino foi admitido como exceção que confirma a própria “complexidade das sociedades escravagistas”. Seria um erro ler isso como água para o moinho dos discursos e práticas da extrema direita deste início do século XXI: no passado, africanos

não se ofereceram à escravização nem abraçaram o tráfico alegremente; sua participação no comércio odioso se deu no limite daquilo que lhes foi possível questionar e construir. É importante dizer que “africanos” não chega a ser uma categoria, na medida em que, como toda a humanidade, esses homens, essas mulheres e as crianças foram marcados por clivagens diversas de origens, gênero, idade, devoções, lugares sociais e possibilidades materiais. Tudo o mais é obscurantismo, cabendo aos estudiosos das Humanidades fazer todos os esforços para impedir que suas palavras municiem nossos inimigos. Por isso, a leitura do livro de Luis Nicolau Parés é oportuna e necessária tanto para os pesquisadores profissionais como para o público em geral. Compreender a complexidade do passado, do funcionamento das sociedades e dos processos históricos é algo que deveria interessar a todos os que vivem o complexo tempo presente.

Jaime Rodrigues  

Universidade Federal de São Paulo

DOI: 10.9771/aa.v0i69.63355